



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **OBJETO: REGULAR A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.**

#### **1. REQUISIÇÃO DO SETOR TÉCNICO RESPONSÁVEL**

DEPTO. REQUISITANTE: Setor Administrativo do Cides

SERVIDOR(ES) RESPONSÁVEL(IS): Lidiany Silva Abreu

#### **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:**

**1.1 Geral:** Aquisição de materiais de expediente para suprir as necessidades do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

#### **1.2 Descrição Detalhada:**

1.2.1 O objeto do presente processo é a seleção de propostas visando a aquisição de material de expediente, conforme especificações mencionadas abaixo deste Termo de Referência, para atender as necessidades do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES em sua sede e nas suas atividades.

1.2.3 O objeto terá como critério de julgamento por menor preço por item, inclusos no preço ofertado todos os custos com fornecimento e entrega (frete, por exemplo).

1.2.4 A entrega deve ser em até 10 (dez) dia após o envio da ordem de entrega.

1.2.5 Os itens deverão estar de acordo com as descrições deste Termo de Referência.

1.2.6 O fornecimento dos produtos **ocorrerá de forma parcelada**, conforme demanda da Administração

1.2.7 Mais detalhadamente, os itens objeto deste Processo são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	FITA CREPE 18MM X 50 METROS. <b>MARCA REFERÊNCIA: 3M, EMBATECH E DELFIX OU SIMILAR</b>	3 UNIDADES
2	FITA ADESIVA SILVER TAPE ULTRA FORTE 5M FITA IMPERMEÁVEL <b>MARCA REFERÊNCIA: SCOTCH, 3M E ADELBRAS OU SIMILAR</b>	1 UNIDADE
3	FITA ZEBRADA PARA SINALIZAÇÃO 200M. <b>MARCA REFERÊNCIA: 3M, PLASTCOR, POLYFITA OU SIMILAR</b>	1 UNIDADE
4	FITA ADESIVA FACE ÚNICA, FEITA EM BOPP (FILME DE POLIPROPILENO BIORIENTADO TRATADO) 45MM X 45 M <b>MARCA REFERÊNCIA: 3M E SCOTCH OU SIMILAR</b>	8 UNIDADES

5	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12MMx40M <b>MARCA REFERÊNCIA: DUREX, FITPELL OU SIMILAR</b>	10 UNIDADES
6	GRAMPO 26/6 COM 5.000 GRAMPOS GALVENIZADO <b>MARCA REFERÊNCIA: BRW CHAPARRAU OU SIMILAR</b>	10 CAIXAS
7	KIT 100 ABRAÇADEIRA NYLON ENFORCA GATO 2,5MMX20MM FINA COR BRANCO <b>MARCA REFERÊNCIA: THOMPSON E NOLL OU SIMILAR</b>	2 PACOTES
8	CLIPS N.3/0 GALVANIZADO CAIXA COM 440 UNIDADES/10CX/ ACC PRATEADO. <b>MARCA REFERÊNCIA: BACCHI E ACC OU SIMILAR</b>	4 CAIXAS
9	CLIPS N.8/0 COM 170 UNIDADES – GALVANIZADO <b>MARCA REFERÊNCIA: BACCHI E ACC OU SIMILAR</b>	3 CAIXAS
10	GRAMPO TRILHO PLÁSTICO DELLOFIX BRANCO C/ 50 UNIDADES JOGOS - PACOTE COM 50 UNIDADES <b>MARCA REFERÊNCIA: DELLO E WALEU OU SIMILAR</b>	13 PACOTES
11	PRENDEDOR/ COMPRESSOR DE PAPEL PARA PASTAS AZ POLIPROPILENO 12.6CM X 1.8CM – KIT C/ 50 <b>MARCA REFERÊNCIA: CELCO E CIS OU SIMILAR</b>	1 KIT
12	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO PLÁSTICO, ESCRITA NA COR AZUL, PONTA FINA, CAIXA CONTENDO 100 (CEM) UNIDADES <b>MARCA DE REFERÊNCIA: BIC E COMPACTOR OU SIMILAR</b>	1 CAIXA
13	MARCADOR DE TEXTO AMARELO, CAIXA COM 12 UNIDADES <b>MARCA DE REFERÊNCIA: BIC E CIS OU SIMILAR</b>	4 CAIXAS
14	PINCEL MARCADOR PARA QUADRO BRANCO PONTA 1,5mm REDONDA RECARREGÁVEL COR AZUL <b>MARCA DE REFERÊNCIA: BIC, PILOT E COMPACTOR OU SIMILAR</b>	4 UNIDADES
15	PINCEL MARCADOR PARA QUADRO BRANCO PONTA 1,5mm REDONDA RECARREGÁVEL COR PRETA <b>MARCA DE REFERÊNCIA: BIC, PILOT E COMPACTOR OU SIMILAR</b>	4 UNIDADES
16	PINCEL MARCADOR PARA QUADRO BRANCO PONTA 1,5mm REDONDA RECARREGÁVEL COR VERMELHA <b>MARCA DE REFERÊNCIA: BIC, PILOT E COMPACTOR OU SIMILAR</b>	4 UNIDADES
17	LÁPIS PRETO GRAFITE COR PRETO Nº 2, CAIXA COM 12 UNIDADES	2 CAIXAS

	<b>MARCA REFERÊNCIA: FABER CASTELL E CIS OU SIMILAR</b>	
18	BORRACHA PLÁSTICA MAX BRANCA CX 24 UNIDADES. <b>MARCA DE REFERÊNCIA: FABER CASTELL E BRW OU SIMILAR</b>	1 CAIXA
19	PAPEL A 4 COUCHÊ 180G/M² - 50 FOLHAS. <b>MARCA DE REFERÊNCIA: MAXPRINT E FILIPAPER OU SIMILAR</b>	2 PACOTES
20	PASTA ABA ELÁSTICA TRANSPARENTE 335MMX 235MMX40MM. <b>MARCA DE REFERÊNCIA: TILIBRA E DELLO OU SIMILAR</b>	10 UNIDADES
21	PASTA ELÁSTICO POLIPROPILENO 0,35MM OFÍCIO TRANSPARENTE <b>MARCA DE REFERÊNCIA: POLIBRAS E DELLO OU SIMILAR</b>	10 UNIDADES
22	PAPEL SULFITE A4 (210MMX297MM) 75G, CAIXA COM 10 PACOTES X 500 FOLHA CADA. M <b>MARCA DE REFERÊNCIA: CHAMEX E REPORT OU SIMILAR</b>	20 CAIXAS
23	PASTA SUSPensa MARMORIZADA PLASTIFICADA, DIMENSÕES: 36CM DE COMPRIMENTO, 24CM DE LARGURA E 457.2CM. <b>MARCA DE REFERÊNCIA: POLYCART, DELLO E TP PASTAS OU SIMILAR</b>	100 UNIDADES
24	PASTA SUSPensa SANFONADA CRAFT HOME OFFICE COM 12 DIVISÓRIAS.	3 UNIDADES
25	PILHA RECARREGÁVEL AA, EMBALAGEM COM 4 UNIDADES <b>MARCA DE REFERÊNCIA: ELGIN E DURACELL OU SIMILAR</b>	1 PACOTE
26	PILHA ALCALINA RECARREGÁVEL AAA PACOTE COM 16 UNIDADES <b>MARCA DE REFERÊNCIA: ELGIN E DURACELL OU SIMILAR</b>	1 PACOTE
27	TESOURA MULTIUSO PROFISSIONAL GRANDE 20CM 8 POLEGADAS INOX. <b>MARCA DE REFERÊNCIA: TRAMONTINA, MUNDIAL E MASTERPRINT OU SIMILAR</b>	2 UNIDADES
28	ESTILETE LÂMINA 9MM ESTREITO. <b>MARCA DE REFERÊNCIA: VONDER E JOCAR OFFICE OU SIMILAR</b>	3 UNIDADES

29	ORGANIZADOR DE MESA ARAMADO PORTA CANETAS LÁPIS PAPEL CLIPS, MÍNIMO DE 3 (TRÊS) COMPARTIMENTOS DISTINTOS, SENDO DOIS VOLTADOS PARA CANETAS E LÁPIS E UM PARA CLIPES, NOTAS E PEQUENOS ACESSÓRIOS.	2 UNIDADES
30	EXTRATOR DE GRAMPOS ZINCADO CX COM 12 UNIDADES	1 CAIXA
31	PRANCHETA OFÍCIO A 4 EM MDF/EUCATEX COM PRENDEDOR METÁLICO COM CANETA FIXA OU SEM <b>MARCA REFERÊNCIA: ACRIMET; XPTO E TILIBRA OU SIMILAR</b>	6 UNIDADES
32	PRANCHETA OFÍCIO ALUMÍNIO/AÇO INOXIDÁVEL COM PRENDEDOR METÁLICO COM CANETA FIXA, TAMANHO A4 E OFÍCIO. AS DIMENSÕES DO PRODUTO SÃO: 23,5CM X 34,5CM <b>MARCA REFERÊNCIA ACRIMET E XPTO OU SIMILAR</b>	3 UNIDADES
33	CAIXA ARQUIVO PAPELÃO 35CM X 13,3 CM X 24,7 CM 240G, CAIXA COM 25 UNIDADES <b>MARCA DE REFERÊNCIA: TAMAROZZI E SÃO CARLOS OU SIMILAR</b>	2 CAIXAS
34	LIVRO DE PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIA COM 100 FOLHAS	1 UNIDADES
35	TUBO COLA LÍQUIDA LAVÁVEL 35G <b>MARCA DE REFERÊNCIA: HENKEL E TENAZ OU SIMILAR</b>	8 UNIDADES
36	COLA LÍQUIDA 500 G	1 UNIDADE
37	CORRETIVO LÍQUIDO ECOLUTIONS 18ML <b>MARCA DE REFERÊNCIA: BIC E MERCUR OU SIMILAR</b>	8 UNIDADES
38	SACO PLÁSTICO POLIPROPILENO A4 COM 4 FUROS, 0,10MM, A4 10-50, SPIRAL- PACOTE COM 50 UNIDADES	2 PACOTES
39	MOUSEPAD ERGONÔMINCO COM ALMOFADA APOIO DE PUNHO GEL	5 UNIDADES
40	PLACA SINALIZADORA COR AMARELA COM MENSAGEM (CUIDADO PISO MOLHADO)	1 UNIDADE
41	FILTRO DE LINHA RÉGUA EXTENSÃO, 5 TOMADAS, 3 PINOS, COM COMPRIMENTO DE 5 METROS <b>MARCA DE REFERÊNCIA: KAPBOM, MEGATRON E FORCE LINE OU SIMILAR</b>	2 UNIDADES
42	LIXEIRA DE METAL 10L ARAMADO TELADO E RESISTENTE IDEAL PARA ESCRITÓRIO.	5 UNIDADES

43 TINTA CARIMBO AUTOMÁTICO 40ML AZUL

1 UNIDADE

**1.3 Adjudicação:**

- (X) Por item.  
( ) Por grupo de itens.  
( ) Global

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (justificativa da necessidade):**

O Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES, visando ao pleno e eficiente desenvolvimento de suas atividades institucionais, programas e ações, necessita promover a aquisição de materiais de expediente destinados ao atendimento das demandas administrativas da entidade.

Atualmente, o CIDES desenvolve suas atividades em sua Sede Administrativa, onde são executados diversos procedimentos técnicos e administrativos, incluindo elaboração de processos, reuniões, atendimentos, atividades operacionais e rotinas internas, que demandam a utilização contínua de materiais de papelaria e expediente. Dessa forma, a aquisição desses itens mostra-se indispensável para garantir a continuidade, organização e eficiência dos serviços prestados.

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de materiais de expediente para suprir as necessidades das diferentes áreas da Sede do CIDES, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

O fornecimento dos produtos ocorrerá de forma parcelada, conforme demanda da Administração

Diante do exposto, resta devidamente justificada a instauração do presente processo licitatório, visando assegurar o regular funcionamento das atividades administrativas do CIDES.

**3. ALGUM REQUISITO ESPECÍFICO E OBRIGATÓRIO? SE SIM, DETALHAR E JUSTIFICAR.**

Não.

**4. ALGUM REQUISITO DESEJÁVEL, MAS NÃO OBRIGATÓRIO? SE SIM, DETALHAR E JUSTIFICAR.**

Não.

**5. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO** – baseada em pesquisas prévias com fornecedores; consultas a sites especializados; etc. – **indicar a(s) fonte(s):**



Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento  
Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

**SOB  
SIGILO**



Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento  
Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

**「SOB  
SIGILO」**

**SOB  
SIGILO**

#### **6. LOCAL DE ENTREGA:**

A entrega do objeto deverá ocorrer na Sede do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES, localizada na Avenida Cesário Alvim, Nº 4.610, Bairro Custódio Pereira, Município de Uberlândia/MG.

**7. EXIGÊNCIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA/MANUTENÇÃO OU GARANTIA? SE SIM, DETALHAR.**

Não.

**8. INFORMAÇÕES/OBRIGAÇÕES GERAIS DA FUTURA CONTRATADA.**

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo respectivo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 119).

8.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 120).

8.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.6.1A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**2. PROCEDIMENTOS PARA RECEBIMENTO DO OBJETO**

2.1. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, às custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

2.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

2.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

2.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

### **3. CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO**

3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados da nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução da nota de empenho;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

3.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

3.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

3.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

- 3.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 3.8. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- 3.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 3.10. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme regras já expostas.
- 3.11. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.
- 3.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 3.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 3.14. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 3.15. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.
- 3.16. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

#### **4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

- a) Cumprir todas as obrigações expostas neste Termo de Referência e demais documentos que regem este Processo;
- b) Cumprir todas as obrigações firmados em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- d) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual

constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;

- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);
- f) Comunicar o Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- g) Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) Indicar e manter meios de comunicação eficientes, durante e após a execução do objeto;
- i) Fornecer produtos novos, em perfeito estado de conservação, devidamente embalados e com prazo de validade adequado.
- j) Substituir, sem ônus para o Consórcio, quaisquer produtos que apresentem defeitos, estejam em desacordo com as especificações ou não atendam aos requisitos mínimos de qualidade.
- k) Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para a entrega dos produtos, conforme cronograma acordado com o Consórcio.
- l) Manter sigilo sobre informações internas do Consórcio às quais tiver acesso durante a execução do contrato.
- m) Entregar os produtos conforme especificações constantes no contrato e no termo de referência, garantindo qualidade e conformidade com as normas técnicas aplicáveis;
- n) Assegurar que os itens estejam em perfeitas condições de uso, sem defeitos de fabricação ou danos;
- o) Substituir, sem ônus para o Consórcio, quaisquer produtos que apresentem defeitos ou que estejam em desacordo com as especificações contratuais;
- p) Realizar as entregas nos prazos estabelecidos, em local indicado pelo Consórcio, garantindo a pontualidade e a integridade dos produtos;

## **5. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do CIDES.

5.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

06.04.122.1001.2.0001.3.3.90.30 – Material de Consumo

5.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Resolução Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **6. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

6.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

6.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

d) Multa:

I – moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

II – compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 133, §1º da Resolução CIDES 11/2023).

7.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 132, §2º da Resolução CIDES 11/2023).

7.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 148 da Resolução CIDES 11/2023).

7.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 138, I da Resolução CIDES 11/2023).

7.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 160 da Resolução CIDES 11/2023):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

f) situação econômico-financeira do acusado, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa.

7.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como



atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

7.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 176 da Resolução CIDES 11/2023.

Uberlândia/MG, 04 de março de 2026.

**LIDIANY SILVA ABREU**

**MÁRCIA MARTINS DUARTE**

Membros da Equipe de Apoio

**LARISSE MOREIRA GOMES**

Membro da Equipe de Apoio

*Aprovado por:*

**ECIONE CRISTINA MARTINS PEDROSA**

Agente de Contratação